



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A NOTÍCIA GLOBAL, A DIPLOMACIA E O JORNALISMO
BRASILEIRO**

ANDRÉ DUTRA DE OLIVEIRA RIBEIRO

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A NOTÍCIA GLOBAL, A DIPLOMACIA E O JORNALISMO
BRASILEIRO**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ANDRÉ DUTRA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Notícia Global, a Diplomacia e o Jornalismo Brasileiro**, elaborada por Juliana Marques Rocha.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego-Monteiro da Luz
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Amaury Fernandes da Silva Júnior
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Isabel Siqueira Travancas
Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, André Dutra de Oliveira.

A notícia global, a diplomacia e o jornalismo brasileiro. Rio de Janeiro, 2014

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –
ECO.

RIBEIRO, André Dutra de Oliveira. A notícia global, a diplomacia e o jornalismo brasileiro. Orientadora: Cristina Rego Monteiro da Luz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho demonstra a influência da mídia nas relações internacionais e na elaboração da política externa de diversos países, inclusive o Brasil. A partir de uma contextualização a respeito da história da política externa mundial e brasileira, o trabalho busca relacionar a tecnologia da Era da Informação, os preceitos institucionais da diplomacia e a influência da mídia para entender o funcionamento desta nova dinâmica. Propondo uma análise prática, à delação de Edward Snowden como caso referencial, ajudando a refletir sobre a importância da liberdade no meio virtual e o risco representado por uma vigilância em massa de cidadãos, empresas e governos, realizado através do ciberespaço.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O ESTADO E A INFORMAÇÃO.....	4
2.1 A POLÍTICA EXTERNA E A INFORMAÇÃO.....	8
2.2 O EFEITO CNN.....	13
3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	16
3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A MÍDIA.....	21
3.2 A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LULA.....	21
3.3 A MÍDIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	23
4. CRISES MUDIÁTICAS NA POLÍTICA EXTERNA: O CASO SNOWDEN.....	28
4.1 A HISTÓRIA.....	29
4.2 INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES DOS EUA NA ARENA INTERNACIONAL.....	33
4.3 A REPERCUSSÃO MUDIÁTICA.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A relação entre países, ao lado da economia global, é um dos campos mais importantes para a continuidade da civilização como a conhecemos hoje e principalmente para a discussão de problemas que envolvem países inteiros. Para uma comunicação eficaz, não é necessário apenas o desenvolvimento de serviços governamentais dedicados às relações internacionais, como o serviço diplomático, mas também a existência de um meio em que a informação seja livremente transmitida entre os países. Desde a prensa de Gutemberg até *smartphones* minúsculos, o meio de transmissão da informação sempre foi parte vital da equação de relações internacionais.

Originária de políticas seculares exercidas no Velho Continente, a diplomacia ficou marcada desde então como uma arte do equilíbrio mundial, que gira em torno dos grandes interesses nacionais, que devem habilmente ser mantidos em equilíbrio para que catástrofes em grandes proporções não aconteçam.

Estas ideias vêm de uma época em que o mundo ainda era extremamente aristocrático, e portanto exclusivo. Assim como em muitas outras áreas, a diplomacia era considerada como atividade reservada à nobreza

A importância de um mundo em comunicação e conectado vem se tornando cada vez maior, fazendo com que as antigas estruturas de comunicação, que antes dominavam principalmente os meios oficiais de Estados venham sendo substituídas por novas técnicas, teorias e conceitos, que vão se incorporando cada vez mais à engessada máquina estatal da era moderna.

Antes limitada tanto pela sua incipiência quanto pela rigidez dos sistemas governamentais, a opinião pública tem espaço mais importante nas decisões tomadas pelos poderosos na arena internacional. A mídia está mais em evidência num mundo antes fechado ao exterior, dominado pelo tradicionalismo e com crenças aparentemente imutáveis.

Se com a era moderna a estrutura de poder tornou-se mais vulnerável a novas ideias, tecnologias e opiniões, foi preciso quase metade do século XX para que se desse início ao processo de abertura do mundo diplomático, e mesmo assim, isso só se tornou possível graças à necessidade dos Estados se adaptarem às novas tecnologias informacionais, abrindo a porta para uma maior influência externa neste mundo tradicionalmente fechado da diplomacia.

No Brasil, a política externa começou cedo e forte, se comparada com outros países sul americanos, tendo como seu baluarte a figura do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia, e primeiro representante internacional brasileiro, no início do século XX. Aliada a

importantes medidas práticas tomadas nesta época, como a definição de fronteiras no território brasileiro, nos estados do Acre, Amapá e Região Sul do Brasil.

Acompanhando as tendências europeias, mas com maior afinidade com a doutrina francesa, a incipiente diplomacia brasileira já nasceu com pensamento independente e multilateralista, incorporando o papel de *global player* que mantém na sua essência até os dias de hoje. Durante esta evolução, que compreende mais de um século, muitas mudanças aconteceram no cenário internacional, incluindo duas guerras mundiais e a Guerra Fria, mas independente destes percalços, a participação do Brasil na arena internacional tem aumentado cada vez mais, amplificando-se especialmente nas últimas décadas.

Na medida em que a Era da Informação toma conta da política internacional, é necessária uma análise de sua influência não só nos meios utilizados pelos serviços diplomáticos mundo afora, mas também nos próprios conceitos criados por esta nova visão de mundo imposta atualmente.

Este trabalho propõe uma reflexão a respeito da influência da tecnologia e da mídia na política externa brasileira. Como, num mundo onde o virtual nos é imposto, as percepções de episódios internacionais de grande importância pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE/Itamaraty) são afetadas? O que mudou em relação à “era analógica” e por que? Como as mudanças na relação entre o Itamaraty e a mídia brasileira modificaram as estratégias da política externa do país?

No primeiro semestre de 2013, o funcionário da Agência de Segurança Nacional Americana (NSA) Edward Snowden divulgou, através do jornalista Glenn Greenwald, do jornal *The Guardian*, uma série de informações confidenciais da agência, expondo os programas de vigilância e armazenamento de informações em massa de cidadãos em todo o mundo conduzido pela mesma.

Abordaremos esse caso, que envolve não só assuntos de grande importância na arena internacional, mas também questões tecnológicas que dizem respeito à interceptação de informações governamentais de diversos países, exemplificando conceitos e relações entre mídia, tecnologia e política externa presentes no caso.

Com as reflexões propostas espera-se obter maior grau de clareza à respeito das complexas relações internacionais não só em si, mas em seu diálogo com a mídia e com a tecnologia. Embasado de material teórico, mesmo que limitado quando se trata das relações midiáticas da política internacional, a análise de uma notícia global, como o caso Snowden, que possui amplo material disponível, nos permitirá exemplificar algumas teorias existentes à

respeito das novas relações internacionais e também refletir sobre novos padrões e tendências desta complexa relação.

2. O ESTADO E A INFORMAÇÃO

Informação é poder¹. A máxima de Francis Bacon, que já dura quatro séculos, vem tornando-se mais e mais verdadeira com o passar do tempo. A informação sempre teve importante papel na sociedade global, e intensa participação governamental, especialmente na contemporaneidade.

No início do século XIX, era grande a agitação dos países europeus. Após um conturbado período desde a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas chegavam ao fim, e era hora de redefinir políticas e fronteiras no Velho Continente. Para tal, foi realizado o Congresso de Viena, que além de tratar dos assuntos específicos da guerra napoleônica, estabeleceu as bases da diplomacia moderna.

Nesta ocasião foram estabelecidas as principais convenções da política externa, muitas das quais vigoram até hoje. Além disso, os serviços de inteligência dos principais governos europeus foram oficializados, introduzindo um ator até então oculto na arena da política externa.

O fluxo de informações sempre foi um tema muito importante no âmbito da política externa dos estados modernos. Como observa Joseph Nye, importante cientista político norte-americano, em seu livro “O Paradoxo do Poder Norte-americano”, desde o princípio das relações institucionais do homem, especialmente após o movimento do Renascimento, a informação tem papel importante nas atividades que desenvolvem as relações estatais, especialmente no âmbito da política externa.

Há quatro séculos, o estadista e filósofo inglês Francis Bacon escreveu que informação é poder. No começo do século XXI, uma parcela muito maior da população tem acesso a esse poder, tanto dentro de cada país como entre eles. Os governos sempre se preocuparam com o fluxo e o controle da informação, e o período atual não é o primeiro a se ver seriamente afetado pelas mudanças na tecnologia da informação. Atribui-se à invenção dos tipos móveis de Gutemberg, que permitiram a impressão da Bíblia, tornando-a acessível a grandes segmentos da população europeia, papel de grande importância no advento da Reforma. Os panfletos e os comitês de correspondência pavimentaram a independência dos Estados Unidos. No mundo rigorosamente censurado da França do Século XVIII, as notícias que circulavam pelos mais diversos meios – oral, manuscrito, impresso – ajudaram a divulgar os fundamentos da Revolução Francesa. Como argumenta o historiador Robert Darnton, de Princeton, “toda era foi uma era da informação, cada qual à sua maneira”. Mas nem mesmo Bacon teria sido capaz de imaginar a revolução da informação no presente. (NYE, 2002, p.83)

¹ Francis Bacon. *Meditationes Sacrae* (1597)

Apesar de sua importância, a informação não foi incluída nos três pilares básicos da política externa, em termos de capacidade de promover mudanças práticas nas relações internacionais - os pilares militar, econômico e político. Esses pilares são conhecidos como a base do chamado *Hard Power*, termo cunhado por Joseph Nye ao distinguir este tipo de poder, exercido desde o início da diplomacia moderna para manutenção da soberania dos Estados. Esses pilares são considerados os mais influentes na política externa, até mesmo pelas principais teorias que tratam sobre a Era da Informação nas Relações Internacionais, sendo capazes de, por si só, alterar paradigmas e relações no jogo da política externa.

Esses pilares, claro, estão sujeitos à influência da informação. Em especial, os pilares político e econômico são os mais sujeitos à influência informacional, já que dialogam intensamente com o público. Desde o início das atividades diplomáticas, quando sistemas de equilíbrio de poder e interesse nacional solidamente fundamentados na política e estratégia militar, a informação teve papel importante. Durante seu tempo como chanceler prussiano, no século XVIII, Bismarck desenvolveu essa forma de fazer política externa, priorizando o interesse nacional e ao mesmo tempo mantendo o equilíbrio de poder na Europa por quase um século. A *Realpolitik*, como ficou conhecida, tornou-se marco nas relações internacionais contemporâneas, principalmente pelos seus meios de manutenção do equilíbrio de poder entre as nações, que incluíam manobras de intimidação política e militar, mas também manipulação de informações.

O conceito de fluidez da informação apresentado por Zygmund Bauman em seu texto “Modernidade Líquida” explica precisamente o comportamento e o papel da informação como agente das relações externas.

Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo, os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la... Os fluidos se movem facilmente. Eles fluem, escorrem, esvaem-se, respingam, transbordam, vazam, inundam, borrifam; são filtrados e destilados; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos, contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho... há líquidos que, centímetro cúbico por centímetro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas ainda assim tendemos a considera-los como mais leves, menos pesados que qualquer sólido. (BAUMAN, 2001, p.8)

Um dos principais fatores que possibilita a escalada da informação ao posto de forte agente do jogo da política externa é a significativa evolução, ao longo do tempo, dos meios de produção e disseminação das informações. Desde a prensa de Gutemberg, a disseminação da informação começou a ser mecanizada e institucionalizada, o que, com a evolução das

línguas, permitiu que as informações se tornassem mais facilmente produzidas e dissemináveis.

Com a evolução dos meios e técnicas, a fluidez da informação, como descrito por Bauman, tornou-se ainda mais incisiva em sua influência junto aos pilares básicos da política externa.

A disseminação de informações por meio de veículos de comunicação estatais foi a primeira tentativa do Estado moderno de participar como ator neste meio. Com diferentes resultados ao longo do tempo, os canais oficiais de disseminação da informação tiveram maior êxito em governos ditatoriais, até pelo controle ideológico desses canais.

Porém, no caso dos Estados modernos democráticos os canais de comunicação oficiais tiveram sua relevância gradativamente diminuída, na medida em que as empresas de comunicação, que evoluíam junto com a tecnologia da informação, passavam imagem menos condicionada e aparentemente imparcial, principalmente por serem primordialmente comerciais e não estarem oficialmente atreladas a interesses externos. Um exemplo do declínio dos canais estatais nos Estados democráticos é a Rádio Voz da América. Criada pelos Estados Unidos em 1950 e posta no ar a partir de 1960, a rádio transmitia para todo o mundo, em cinquenta idiomas. Durante seus primeiros anos, a rádio tinha como objetivo divulgar valores ocidentais e norte-americanos através de notícias e foi a mais abrangente e confiável fonte de informações sobre o continente americano. Chegou a fornecer informações para cerca de 1.500 veículos de comunicação em todo o mundo, e a ter mais de noventa milhões de ouvintes.

No início dos anos 90, a Era da Informação venceu a Voz da América. Apesar do grande aparato logístico e muitos gastos, chegando a transmitir para 65 países em mais de 40 idiomas, o conglomerado viu sua influência mundial diminuir drasticamente graças ao surgimento, a partir desta época, das empresas globais de comunicação, baseadas principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Elas se impregnaram em países do terceiro mundo a noção de que o jornalismo deveria ser isento e imparcial. Esta mudança, que aconteceu de forma gradativa no final do século XX, marcou o declínio dos canais oficiais como fonte de informação de qualidade, e o crescimento das relações entre Estado e empresas de comunicação. Desta forma, o Estado passa a ter como principal meio de disseminação de suas informações as próprias empresas de comunicação, com as quais já se se relacionavam.

Esta complexa relação acontece de diversas maneiras, seja pelo simples fornecimento de informações oficiais às empresas de comunicação, ou por meio de ações que serão noticiadas por estas empresas. A princípio, esta relação parece deixar os Estados em posição

desfavorável em relação às grandes empresas midiáticas, já que o Estado se torna praticamente dependente desta para a divulgação de informações, sem ter controle de como estas informações serão disseminadas em todo o mundo. Porém, de acordo com Norma Angell, em sua obra “A Grande Ilusão”, o que aconteceu na realidade foi uma gradativa absorção deste novo modelo de disseminação de informações por parte do estado, que levou até mesmo a um fortalecimento do Estado nacional.

As instituições, tais como a imprensa, institutos de pesquisa e lobbies, foram absorvidas pelas estruturas dos governos modernos. Embora o governo possa perder um certo poder sobre as políticas individuais, está ganhando mais como coordenador, interventor e legalizador máximo das atividades dos vários agentes informais que compõe o Estado moderno. (ANGELL *apud* VALENTE 2007, p.55)

Desta forma, apesar de perder o monopólio na disseminação de informações, o Estado tem um ganho ainda maior enquanto elemento de reconhecimento nacional ao absorver e se relacionar com as instituições citadas por Angel – imprensa, institutos de pesquisa e lobbies. As relações entre Estado e mídia variam. Nos países onde estão as sedes das principais empresas midiáticas do mundo, ou seja, Estados Unidos e os principais Estados Europeus, o favorecimento e a defesa do Estado nacional acontecem de forma mais natural, sem deixar de criticar posturas ou decisões, o que afetaria a credibilidade do que é publicado, mas sempre discutindo o melhor para o Estado.

Nos outros Estados observa-se a promessa de exclusividade de informação a determinado veículo como principal moeda de troca usada na divulgação de informações oficiais, inclusive para veicular informação que soaria incômoda se esta divulgação fosse feita de forma oficial como, por exemplo, o início do desenvolvimento de um programa nuclear. Além disso, existe o fenômeno do surgimento de mídias influentes fora do tradicional eixo da imprensa mundial, caso da TV Al-Jazeera, que tem sede no Catar, e transmite com exclusividade, desde o início dos anos 2000, vídeos de terroristas procurados e cenas chocantes das guerras no Oriente Médio.

O artigo *Al Jazeera: How the free arab news network scooped the world and changed the Middle East.*, de Mohammed el-Nawawy e Adel Iskandar afirma que com a popularização da rede de TV, os países árabes perceberam as vantagens para combater os ataques informacionais de influências ocidentais.

A estação de TV via satélite baseada no Catar é a prova da globalização das comunicações e da habilidade de se transformarem os assuntos que partem de um pequeno Estado do Golfo Pérsico em audiência mundial, com repercussões e impactos igualmente em escala global. (EL-NAWAWY *apud* VALENTE 2007, p.47)

2.1 A Política Externa e a Informação

Com o aumento gradual da importância da informação no jogo de poder internacional, cada vez mais os ministérios e serviços de relações exteriores ao redor do mundo tiveram que estabelecer diretrizes e traçar estratégias no que se refere à informação relativa aos interesses de seus respectivos Estados. Desta forma nasceu o que professor da Universidade de Harvard e estudioso das relações entre mídia e política Eytan Gilboa chama de Diplomacia Midiática.

O termo, criado por Gilboa em 1987, caracteriza o uso de meios de comunicação e disseminação de informações como ferramentas diplomáticas, e também os efeitos que estes meios têm sobre os assuntos da política externa de cada Estado. Estabelecido primeiramente nos Estados Unidos, este tipo de diplomacia começou a ser pensado após a Guerra do Vietnã, fiasco em termos de política externa já que, além da derrota, foi a primeira guerra televisionada. Esta transmissão aconteceu de maneira muito ampla, expondo de forma livre os muitos horrores cometidos e presenciados durante a guerra, o que causou revoltas contra a guerra nos Estados Unidos, como o famoso “Flower Power”, movimento pacifista em protesto contra a Guerra do Vietnã surgido na Costa Oeste dos Estados Unidos, na cidade de São Francisco, que se caracterizava pela maciça presença de jovens e pela utilização da flor como sua mensagem de paz.

Aprendendo com seus erros, o departamento de política externa americano censurou a transmissão da invasão do Iraque em 1990, de forma que esta, que foi a primeira guerra transmitida internacionalmente por satélite, fosse mostrada de acordo com as intenções políticas do governo norte-americano, uma guerra “limpa”, sem imagens de sofrimento humano, e com vídeos de bombardeios mecanizados.

Trata-se do estudo dos sistemas de comunicação atualmente usados na diplomacia pelos Estados para expressar e defender seus interesses, estimular a realização de acordos e até mesmo legitimar ultimatums. Um novo canal de contato para esclarecer posições e convencer outros Estados e diversos atores globais sobre essas posições. Até o século XX, a diplomacia era secreta, extremamente formal, institucional e interpessoal. Nos seus famosos quatorze pontos declarados em 1918, o presidente americano Woodrow Wilson, defendeu a abertura de todos os tipos de diplomacia, com procedimentos francos e visíveis ao público. A exposição da diplomacia na mídia para a opinião pública criou uma nova diplomacia, com novas regras, técnicas e uma infinidade de implicações para governos, diplomatas, jornalistas e o grande público. (GILBOA, 2001, p. 276)

Na diplomacia do século XX citada por Gilboa, existiam diversos níveis de exposição de informação ao público que eram determinados pelos teores das negociações, e se dividiam em diplomacia secreta, de portas fechadas e aberta.

Os processos de diplomacia secreta, rigidamente controlados pelo serviço de política externa normalmente são utilizados para a melhora das relações entre inimigos. Porém, as manobras diplomáticas desta ferramenta não possuem legitimidade e têm efeitos momentâneos, já que não são divulgadas, e a grande maioria das pessoas nunca saberá da existência de tais processos. Exemplos de diplomacia secreta são mais facilmente encontrados na Europa do século XIX, quando somente um pequeno círculo de governantes controlava o rumo da política externa frente à ignorância da população. Porém, o vazamento de documentos secretos que indicam a colaboração entre as agências de espionagem dos Estados Unidos e Reino Unido mostram que, apesar de pesadamente criticado desde o início do século XX, este modelo de diplomacia ainda é utilizado no século XXI.

A diplomacia de portas fechadas, apesar de sua legitimidade controversa, graças ao limite de cobertura midiática imposto pelo corpo diplomático, tem efeitos substanciais, principalmente quando utilizadas em conversas com antagonistas, com objetivo de frear impasses. Nesta forma de diplomacia, temos como exemplos as diversas reuniões entre representantes de dois estados, que são divulgadas apenas após seu término ou com pouquíssimos detalhes durante sua execução.

Já a diplomacia aberta é aquela amplamente divulgada, e portanto de legitimidade sancionada. Neste tipo de diplomacia é característico o pouco espaço para negociações e concessões, já que as partes envolvidas estão sendo constantemente examinadas pela opinião pública. Como exemplo de diplomacia aberta temos as reuniões da ONU e outras instituições internacionais, que são sempre amplamente cobertas pela mídia.

Vimos anteriormente como o governo se utiliza dos meios de disseminação de informação para influenciar a opinião pública e veicular informações de seu interesse sem fazer uso dos meios de comunicação oficiais do Estado. Outra característica desta utilização da mídia por parte do Estado é atuar como instrumento de política externa.

Estudiosos norte-americanos, com destaque para Eytan Gilboa, sistematizaram os Usos Políticos da Mídia em três subgrupos: a diplomacia pública, a diplomacia na mídia e a diplomacia feita pela mídia.

No primeiro caso, temos a diplomacia pública, que trata do tipo de uso da mídia de serviço diplomático pelo Estado como disposto no início deste capítulo. Neste tipo de diplomacia, o objetivo é melhorar a imagem de um Estado em outro país, normalmente com o

qual o primeiro tem leves antagonismos, utilizando-se da mídia. Ao contrário da propaganda, o objetivo da diplomacia pública é dialogar direto com o público estrangeiro, melhorando a imagem do país não perante o Estado antagonista, mas perante seu público e seus principais veículos de comunicação.

Além dos meios de comunicação, estratégias como concessão de bolsas de estudo, participação em eventos internacionais como os Jogos Olímpicos e a construção de centros culturais no exterior (Ex. Casa França-Brasil), são utilizados também para fins de diplomacia pública. Um dos principais exemplos da diplomacia pública no século XX, temos o pesado investimento dos Estados Unidos na disseminação de sua ideologia, principalmente através de produtos e veículos de comunicação, especialmente na União Soviética. O resultado deste esforço foi a criação, a longo prazo, de uma imagem dos Estados Unidos como terra de liberdade e prosperidade, que se estabeleceu na cabeça do público soviético, e certamente teve grande influência na dissolução da União Soviética na última década do século XX.

A Diplomacia na Mídia é uma das ferramentas diplomáticas mais estudadas no campo das Relações Internacionais. Apesar de frequentemente confundida com a diplomacia pública, a Diplomacia na Mídia envolve o uso da mídia não para persuasão ou disseminação de ideias, mas sim como meio de proporcionar avanços em negociações, acordos e tratados internacionais. Outra característica marcante da diplomacia na mídia é o envolvimento direto de agentes do Estado, no caso, os diplomatas, no seu processo de construção.

A grande inovação trazida pela comunicação global permitiu aos serviços de política externa em todo o mundo a utilização da mídia como palco de discussões internacionais. Anunciar medidas que afetam parceiros comerciais ou antagonistas, passaram a ter a possibilidade de serem feitas através da mídia. Apesar de transcender os rituais históricos da diplomacia, a diplomacia na mídia traz uma legitimidade cada vez mais valorizada nos dias de hoje, a do grande público mundial, além de transmitir a imagem de transparência. Por outro lado, a prática também pode provocar reações indesejadas em que possíveis agentes se sintam prejudicados com a ampla divulgação de informações muitas vezes julgadas de alta importância para os agentes envolvidos.

Outra característica da diplomacia na mídia é a possibilidade de gerar ruído na forma como eventos diplomáticos são noticiados. Em um grande evento, que conta com a presença de milhares de jornalistas, diversas interpretações podem ser dadas ao mesmo fato e informações podem ser confundidas. A rápida forma de transmissão e a pressa pela publicação da informação, também influenciam na chance de ruídos. Esta desinformação pode se provar extremamente prejudicial na transmissão de informações relacionadas à política

externa, por frustrarem expectativas e confundirem o público e os agentes envolvidos acerca das opiniões manifestadas.

Como exemplo deste tipo de diplomacia temos os diversos encontros transmitidos no fim dos anos 80 e no início dos anos 90 ao vivo entre Mikhail Gorbachev, então líder da União Soviética, e os presidentes norte-americanos Ronald Reagan e George Bush. Os encontros foram fundamentais na retomada de relações entre os dois países e para que Gorbachev conseguisse apoio interno para sua reforma econômica, que acabou culminando no fim da União Soviética.

Finalmente, temos a diplomacia feita pela mídia. Este tipo de uso da mídia se caracteriza quando esta transcende seu papel informativo e passa a ser um agente da política externa, seja do seu Estado ou como mediadora. Na sociedade da informação percebemos o fortalecimento do quarto poder, que configura não só o poder da informação, mas também o poder dos veículos de comunicação. Hoje em dia é grande a influência de grandes conglomerados de comunicação nos governos de seu respectivo Estado, posto que os dois agentes vivem em uma relação de interdependência. Enquanto as empresas de comunicação dependem dos estados para existir enquanto instituições, o Estado depende destas empresas para estabelecer o principal canal de comunicação com o público, interno e externo. Por vezes, esta relação é bastante conturbada, principalmente em casos de escândalo governamental e de coberturas midiáticas do governo. Porém, esta relação também pode trazer muitos benefícios para ambos os lados.

Dessa forma, a mídia, ao participar da esfera pública como “prestadora de serviços”, isto é, como entidades de “comunicação social”, teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Dessa forma, a mídia, ao participar da esfera pública como “prestadora de serviços”, isto é, como entidades de “comunicação social”, teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. (FONSECA, 2011, p.42)

O exemplo clássico da diplomacia feita pela mídia é o caso que contribuiu decisivamente para resolução de um atrito entre Egito e Israel, que disputavam a posse do território conhecido como Colinas de Golã, onde há muitos recursos hídricos, inestimáveis na região. Como conta Leonardo Valente em seu livro “Política Externa na Era da Informação”, o caso aconteceu em 1977 com o âncora de telejornal americano Walter Cronkite, que ao realizar uma entrevista com o então presidente egípcio Muammar Sadat saiu do roteiro e perguntou ao governante, em rede mundial de televisão, se ele não estaria disposto a agendar

uma visita a Israel, e após uma resposta positiva do surpreso Sadat, Cronkite retrucou, perguntando se esta visita poderia acontecer em um prazo de uma semana, prazo que o presidente egípcio aceitou rapidamente. Após encerrado o telejornal, Walter Cronkite fechou o ciclo de sua ação diplomática ao realizar uma ligação gravada para o premier israelense, que recebeu a proposta de um sonoro convite. A reunião de fato aconteceu, e resultou no acordo assinado entre os dois países que sacramentou a divisão territorial na região cerca de três anos após a entrevista.

Neste caso fica clara a atuação de Cronkite como mais que um jornalista e menos do que um diplomata. Ao agir diretamente em uma situação que diz respeito à política externa, Cronkite saiu de seu papel de jornalista, e exerceu o papel de mediador em um atrito internacional. Como define Eytan Gilboa, esta transcendência de papéis coloca o jornalista em posição privilegiada quando o assunto trata de relações internacionais.

Na diplomacia da mídia, os jornalistas atuam em seu papel mais tradicional, cobrindo os fatos que na verdade estão sendo conduzidos pelos estrategistas. Na diplomacia feita pela mídia eles têm função semelhante à dos diplomatas, ao conduzirem também os rumos das políticas externas (GILBOA, 2001, p. 298)

De acordo com o autor, a observação de quatro parâmetros permite um entendimento mais profundo da diplomacia feita pela mídia: iniciativa, motivação, ações e consequências. Estes são os quatro principais fatores que influenciam uma intervenção diplomática direta por parte de um jornalista. A iniciativa, naturalmente um traço jornalístico, deve ser a de um repórter conhecedor do assunto, que tenha motivação forte, seja ela ideológica, editorial ou de qualquer outro tipo. Já as ações da mídia, mesmo se executadas de forma inesperada para os telespectadores, e muitas vezes entrevistados, devem ser sempre pensadas com antecedência para maximizar a efetividade da abordagem diplomática e aumentar a chance de boas consequências após esta intervenção.

2.2 O Efeito CNN

Todos os conceitos de uso da mídia pela diplomacia apresentados, apesar de independentes entre si, diferenciáveis e, muitas vezes, com consequências e meios extremamente diferentes entre si, possuem um fator em comum: a dependência de uma estrutura midiática poderosa e abrangente.

Até as últimas décadas do século XX esta estrutura de transmissão global ainda não existia nos moldes que conhecemos hoje, e consistia de uma série de parcerias entre redes de comunicação em diversos países, formando uma colcha de retalhos da transmissão de informação. Desta forma, o nível de ruído e baixa velocidade de circulação da informação tornavam as estratégias de uso da mídia pela diplomacia pouco efetivas.

No ano de 1980, foi fundada a *Cable News Network* (CNN), nos Estados Unidos, que veio a ser “a principal renovadora da linguagem da televisão e do jornalismo” (VALENTE, 2007, p.104). A CNN foi a primeira grande rede de TV a transmitir conteúdo jornalístico em escala global, via satélite, o que permitiu feitos nunca antes vistos no jornalismo, como a cobertura da Guerra do Golfo, na década de 90, em grandes proporções e em tempo real.

Com seu vasto alcance e incontestável legitimidade, a CNN se tornou fonte de notícias para chefes de Estado em todo o mundo. Graças a sua popularidade, a rede de TV foi muito além disso, alcançando o *status* de porta-voz diplomático do governo americano durante a Guerra do Golfo, quando membros dos governos dos Estados Unidos utilizaram a emissora como canal de comunicação com outros governos (diplomacia na mídia) e também para enviar ultimatos e outras ameaças às forças inimigas. Pode-se dizer que para a diplomacia, a fundação e popularização da CNN foi o equivalente a uma Revolução Tecnológica particular, que afetou dramaticamente a forma de atuação entre Estados em todo o mundo.

De acordo com o autor britânico Paul Moorcraft, apesar da Guerra do Vietnã ter sido a primeira registrada em vídeo, foi a partir da transmissão ao vivo via satélite da Guerra do Golfo que as regras do jogo mudaram.

Paradoxalmente (...) um mito surgido a partir da Guerra do Vietnã ressurgiu com uma nova roupagem: a CNN tomou conta da diplomacia. Errado. O governo americano usa a CNN para os seus propósitos. Espalhar informações sobre seu arsenal bélico, por exemplo, ou alertar comandantes iraquianos para que não usem armas químicas. (MOORCRAFT, 2002, p.3)

Esta influência das redes globais de televisão na diplomacia, ficou conhecida como “Efeito CNN”, e se tornou referência para todos os tipos de uso de mídia por parte dos governos e especialmente dos serviços diplomáticos de países em todo o mundo.

Mais recentemente, uma quarta forma de uso da mídia pela diplomacia foi definida não por Eytan Gilboa, mas pelo autor Jamie Metzl, integrante do Departamento de Política Externa do governo dos Estados Unidos na administração Bill Clinton. Baseada no chamado Efeito CNN, a diplomacia popular, apesar de seu nome, visa justamente evitar que pressões internas ou externas interfiram sobre determinado assunto de Estado. Este tipo de ação diplomática tem como estratégia manter o apoio da opinião pública a respeito de suas

estratégias, o que pode ser alcançado, segundo o autor, de duas maneiras. A primeira consiste em empregar uma diplomacia secreta para tentar alcançar seu objetivo, mantendo a frente midiática da diplomacia no escuro, ou seja, aparentando inatividade perante a mídia. Um exemplo didático dado por Metzl é o da crise de 1998 entre Estados Unidos e Iraque:

A crise de fevereiro de 1998 fez os Estados Unidos pressionarem seus aliados árabes a tentar convencerem Saddam Hussein a aceitar a visita de inspetores das Nações Unidas. Sigilosamente, vários desses líderes trabalharam pressionando Saddam. Mas, publicamente, suas chancelarias não demonstraram reação a respeito, nem lançaram qualquer tipo de comunicado ou documento, temendo uma reação de suas populações e do mundo islâmico; (METZL, 1999, p. 179)

A outra estratégia utilizada na diplomacia popular para evitar pressões populares, sejam internas ou externas é simplesmente abraçar a opinião da mídia a respeito do tema em questão. Exatamente por ter essa característica muitas vezes condescendente em relação à opinião pública, a diplomacia pública pode muitas vezes, segundo o próprio Metzl, não corresponder a uma diplomacia de fato, justamente por não tentar convencer a mídia de seu argumento ou utilizá-la para veicular o mesmo. Um exemplo desta estratégia é a atuação do Itamaraty durante a Guerra das Malvinas, disputa entre Argentina e Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas (ou Maldivas). Na ocasião o Itamaraty se declarou neutro em relação ao conflito, mas trabalhou em prol do governo argentino por trás dos panos, o que é confirmado por documentos secretos, hoje disponibilizados pela instituição brasileira. “Embora adotasse uma postura de neutralidade, condenasse o uso da força e pedisse moderação para ambas as partes, o último governo militar brasileiro nutria certa simpatia pela Argentina na medida em que não escondia suas preferências em suas comunicações.” (SANTOS, 2014)

Apesar de hoje ser essencial para o entendimento completo das complexas relações internacionais, a mídia passou a ter este nível de importância devido a dois eventos-chave. O primeiro é estabelecimento das redes globais de transmissão de informação, já o segundo evento trata da aceleração do tempo de imprensa, que apesar de começar no século XIX, só atingiu grau expressivo recentemente, com o surgimento da notícia em tempo real. Na era da informação, o imediatismo passou a ser a característica mais valorizada, começando pelas notícias, mas rapidamente se espalhando para todos os tipos de comunicação, que agora tinham como prioridade a transmissão instantânea de informações, e a resposta imediata.

Vemos os efeitos desta ditadura da velocidade no mundo, seja no campo empresarial, jornalístico ou governamental. Episódios catastróficos como crises financeiras, muitas vezes causadas por especulações no mercado de trabalho veiculadas instantaneamente e

irracionalmente são algumas das consequências deste consumo de velocidade em lugar da informação ao qual estamos sujeitos atualmente.

Porém, também existem os bons exemplos de ações possibilitadas pelo ‘tempo real’, como logo após os atentados de 11 de setembro. Este caso, que é considerado o primeiro fenômeno de tempo real na diplomacia, aconteceu 15 minutos após os atentados, quando o governo cubano abriu seu espaço aéreo e aeroportos a aviões americanos que estivessem voando naquele momento. A abertura em questão não ocorreu devido a nenhum contato oficial do governo americano, mas sim por causa da transmissão do atentado pela CNN, que devido a sua reconhecida importância, estava sendo assistida por membros do governo cubano, que prontamente declararam a abertura de seus aeroportos. Este é mais um caso da diplomacia feita pela mídia, com a curiosidade de que, neste caso, a consequência diplomática atingida (abertura dos aeroportos e espaço aéreo) não foi definida como objetivo da transmissão da tragédia.

Assim como a globalização da economia, a globalização da comunicação causou aperfeiçoamento e mudança nas relações internacionais de tal maneira que a velha diplomacia, com raízes seculares, teve que se reinventar, e ainda se reinventa, para manter seu *status* como importante motor da humanidade.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A tradição francesa influenciou muito diversos campos da política brasileira, inclusive o da diplomacia. De tradição universalista e autônoma desde os tempos do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia nacional, a política externa brasileira sempre teve comportamento independente em relação a potências hegemônicas e prezou pela abertura de relações com todos os países, independentemente de seu regime de governo ou de posições econômicas. Esta ideia se fundamentava no fato de o Brasil possuir similaridades em termos de território, etnicidade e diversidade cultural com os Estados Unidos, fato que facultaria ao país a ocupação de um lugar especial no meio internacional.

Desde seu início, na primeira década do século XX, o serviço diplomático brasileiro prega continuidade de seus princípios e filosofias. Episódios que vão da anexação do estado do Acre como território brasileiro até as declarações favoráveis ao programa nuclear iraniano demonstram a clara tradição do Itamaraty como instituição autônoma e universal, apesar de representante do Estado brasileiro.

Porém, apesar de sua solidez e tradição, o Itamaraty sofre influência direta do governo, especialmente do poder executivo, cujos princípios mudam a cada eleição de um novo presidente. Além disso, é bem documentado que a instituição tem, internamente, diferentes correntes de pensamento, que também se alternam em termos de influência dentro do serviço diplomático. A influência destas correntes é analisada por Miriam Gomes Saraiva, em seu artigo “A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas”, onde a autora relaciona as mudanças de pensamento dentro do Itamaraty com as mudanças no governo brasileiro.

De acordo com Saraiva, os institucionalistas pragmáticos ganharam força no início dos anos 90, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e sob a gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia. Como este governo, a visão dos institucionalistas pragmáticos é marcada por uma “liberalização condicionada [no campo econômico]” (SARAIVA, Miriam, 2010) e também por uma postura no campo da política internacional de autonomia por integração, ou seja, uma posição integrada, mas não alinhada, às grandes potências mundiais, especialmente os Estados Unidos, que permitia uma maior autonomia do Brasil na política externa.

O terceiro traço característico desta corrente de pensamento é a busca de uma posição de liderança dentro da América, primeiramente por meio do exemplo, passando uma imagem de estabilidade democrática e moderação para o resto do continente, e depois identificando os

países da América do Sul como parceiros importantes e consolidando um processo de integração regional, que inclusive fortaleceu a posição brasileira no cenário internacional. Desta forma, o Brasil pautou sua liderança regional sob o binômio segurança e estabilidade democrática, sendo o último conceito vinculado ao estabelecimento de um consenso a respeito da integração regional e perspectivas de desenvolvimento entre os países da América do Sul, que iam do incentivo à integração econômica até o desenvolvimento de infraestrutura na região. É durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso que o Brasil assume a postura de *global player* na diplomacia, prezando por relações multilaterais no plano das relações internacionais.

Sempre visando alcançar maior projeção internacional através da integração regional, os institucionalistas vislumbraram o Mercosul como um instrumento exclusivamente econômico. De acordo com Miriam Saraiva, o Itamaraty convencionou internamente as características desejáveis do Mercosul, que incluíam pouco envolvimento político e baixa integração institucional.

Estabeleceu-se no interior do Itamaraty uma convergência com os autonomistas em torno de sua evolução que defendia um modelo baseado em uma união aduaneira incompleta, no não-aprofundamento da integração política e no baixo perfil institucional. Em seu (dos institucionalistas) ponto de vista, o bloco atuaria como um reforço para a inserção internacional do Brasil, sem os condicionamentos próprios de um mercado comum ou de traços supranacionais. Com esta perspectiva, a integração comercial assumiu um papel importante nos marcos do regionalismo aberto e a institucionalização do bloco não era vista com necessária limitando-se a quando potencializasse a sua capacidade de produzir benefícios econômicos. (SARAIVA, 2010, p. 48)

Durante seu domínio de influência dentro do Itamaraty, os institucionalistas pragmáticos optaram por privilegiar políticas econômicas que levassem a uma maior influência brasileira na política internacional. A atuação do país no Mercosul também gerou impasses e mudanças importantes nas relações entre Brasil e Estados Unidos, fazendo com que os impasses fossem o centro das discussões entre os dois países. Um dos principais conflitos políticos desta fase diz respeito à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Enquanto o Brasil buscava manter seu papel de liderança nas Américas fortalecendo relações de cooperação sul-sul, os Estados Unidos pressionava pela formação de uma área interamericana de livre comércio, onde levariam vantagem econômica e conquistariam um grande mercado. Apesar do caso da ALCA, uma das grandes críticas dos autonomistas aos institucionalistas é a excessiva moderação das ações tomadas pelo corpo diplomático

brasileiro no quadro internacional, já que todas as medidas dos institucionalistas visavam fortalecer a posição do Brasil na arena internacional.

Apesar de buscarem aumento da influência brasileira no cenário internacional, os institucionalistas pragmáticos o fizeram através de políticas relativamente submissas às grandes potências mundiais ou restritas à influência continental na América do Sul. As posturas adotadas pelo serviço diplomático brasileiro durante este período nos fóruns internacionais foram vistas como passivas, já que o país adotava estratégias de fortalecimento internacional através do crescimento de sua influência no continente sul americano.

A segunda corrente de pensamento identificada dentro do Itamaraty é a dos autonomistas, também conhecida como a dos nacionalistas. Embora ligados a grupos originalmente partidários do Partido dos Trabalhadores (PT), o que favoreceu sua interação com o Estado durante o governo do presidente Lula, os autonomistas têm como principais ideologias o universalismo e o fortalecimento da presença brasileira no campo da política internacional.

Esta corrente, representada especialmente pela figura do chanceler Celso Amorim, e pelos membros da Assessoria Especial da presidência Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães, defende uma projeção do Brasil como um país autônomo e ativo no cenário internacional. A cooperação sul-sul e o fortalecimento do Mercosul com intenções políticas são algumas das características desta corrente, que também participa ativamente de discussões internacionais como a erradicação da fome e pobreza e os aspectos distributivos do comércio global, visando enaltecer sua posição perante à Organização das Nações Unidas (ONU). Os autonomistas, desde sua ascensão no Itamaraty, têm como objetivo viabilizar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para o Brasil.

O comportamento e participação do presidente Lula na política externa levou a outro nível o que ficou conhecido como diplomacia presidencial, iniciada por Fernando Henrique Cardoso. A diplomacia presidencial consiste em uma maior participação do presidente na política externa do país, com muitas viagens e participação ativa no cenário internacional, seja em reuniões da ONU ou em fóruns multilaterais. Esta intensificação das relações diplomáticas entre o Brasil e países como Rússia, China, Índia e Irã mostra o sucesso da posição de *global player* aplicada pela participação presidencial.

A liderança brasileira na América do Sul, apesar de seguir como política estabelecida pelos pragmáticos, teve uma certa mudança em sua construção. De acordo com Miriam Saraiva, o Itamaraty buscou construir uma liderança regional brasileira nos modelos do *soft power*, com princípios de não-intervenção, inclusão de processos de articulação entre países

sul americanos na agenda internacional brasileira e também pelo incentivo ao desenvolvimento da região.

Sob influência dos autonomistas, o ativismo internacional brasileiro cresceu, influenciando a relação com outros países emergentes. A diplomacia brasileira passou a ter intensa participação em discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao lado de países como a Índia, China e África do Sul, em blocos como o G20 e, mais tarde como integrante dos BRICs. Na esfera econômica, onde até então o país se voltava para um regionalismo exacerbado, foram abertas novas frentes, especialmente após a crise econômica de 2008, que causou séria instabilidade na ordem internacional.

Nas relações com os Estados Unidos, as duas correntes agem de forma bastante semelhante, escolhendo manter a discordância em relação a temas econômicos como a ALCA, que no governo Lula é oficialmente encerrada pelos norte-americanos como fracasso, e a opção de manter baixo perfil em temas políticos. Porém, a principal diferença a ser notada é um maior atrito entre os dois países, o que acontece devido à maior participação brasileira no cenário da política internacional. Isso se reflete, por exemplo, na maior atenção dada, neste período, às políticas de cooperação econômica sul-sul, em detrimento de políticas econômicas voltadas para os Estados Unidos. Esta característica se dá pela preocupação dos autonomistas com o embate geopolítico entre os hemisférios norte e sul, especialmente após a crise econômica mundial de 2008, que abriu a porta para um reordenamento mundial político e econômico, que a corrente autonomista viu com relativos bons olhos, pois facilitou o início de uma campanha intensa pelo fortalecimento da posição brasileira no cenário internacional.

Nesta campanha, uma estratégia marcante, e muito importante, que tem sido usada pelos autonomistas é a criação de diversas relações para a cooperação econômica, tecnológica e cultural com países como Rússia, Índia, China e África do Sul. Diferentemente dos institucionalistas pragmáticos, os fóruns e grupos criados para desenvolver estas relações têm em comum a característica da não interferência nas questões internas dos governos parceiros. Esta postura tem causado alguns atritos com países de política externa mais intervencionista como os Estados Unidos, em casos como o do programa nuclear iraniano, que apesar de não ser diretamente apoiado pelo Brasil, recebeu sua aprovação na ONU e também tratou o tema com aprovação durante a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, em 2009.

Motivado pela sua busca por uma posição econômica e política privilegiada dentro da América do Sul, o Brasil adotou o papel de principal financiador de programas de infraestrutura da região, através de uma política de abertura de financiamentos pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estas iniciativas, que englobam especialmente o fator econômico, têm sido conduzidos com grande intensidade através da União das Nações da América do Sul (UNASUL), e apesar de gerarem muita pressão internamente, com opositores dos autonomistas alegando que muitos países não conseguirão honrar seus empréstimos devido a suas condições econômicas, porém, o papel de financiador visa exatamente o melhoramento da infraestrutura sul-americana para fins econômicos dentro do próprio continente, além de ajudar a consolidar a posição brasileira de liderança no continente.

Em relação ao MERCOSUL, os autonomistas veem o bloco como uma das principais ferramentas de projeção econômica e política do Brasil dentro da América do Sul. A busca do grupo autonomistas vem sendo sempre a entrada de novos países, aumentando a influência do bloco na arena global e incentivando ainda mais a economia dos países membros, e a incorporação da UNASUL ao bloco. Ultimamente, o objetivo da agenda diplomática brasileira é alcançar, através do MERCOSUL, um acordo que determine uma área de livre comércio entre os países membros. Mas, apesar do caráter comercialista, o bloco também tem influência política, possuindo área de livre trânsito entre os países membros, além de outros acordos de teor político.

No final do governo Lula, ocorreu uma rara quebra nas tradições hierárquicas e de autonomia do Itamaraty, quando o presidente instituiu a Assessoria Especial da Presidência para Relações Internacionais, um conselho composto por ONGs e movimentos sociais que passou a trabalhar ao lado do Itamaraty na construção da agenda de política externa do país. O objetivo da criação do conselho foi proporcionar uma visão ideológica a respeito da integração política e social dos países da América do Sul baseada no argumento da identidade cultural compartilhada entre os países do continente, e na ideia de que o Brasil tem obrigação moral de financiar o desenvolvimento do continente, para não se tornar “...uma ilha de prosperidade em meio a um mundo de miseráveis.” (DIEGUEZ *apud* SARAIVA, 2010, p.51). Dentro desta perspectiva ocorreu um impasse, já que baseado neste argumento, fica implícito o apoio a governos antiliberais que promoveram uma refundação de sua região e possuem visão sul-americanista. Tal apoio fortalece a posição de autonomia adotada pelo governo Brasileiro, além de aumentar a pró-atividade em relação à cooperação do Brasil com países vizinhos, mas dificulta a projeção do país na arena da política internacional, cuja geopolítica apresenta um cenário global dominado por países de orientação política liberal.

3.1 A Política Externa Brasileira e a Mídia

Até o início da década de 90, a influência, e até mesmo o interesse da mídia brasileira em questões relacionadas à política externa do governo foi mínimo em relação a países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos. Desde seu início, com o Barão do Rio Branco, na primeira década do século XX, o serviço diplomático buscou e conseguiu estabelecer uma tradição altamente corporativa, com integrantes culturalmente elitizados e com o objetivo comum de levar o Brasil à posição de destaque no cenário internacional.

A estrutura do serviço diplomático permaneceu praticamente inalterada durante todo o século XX, com o Itamaraty silenciosamente ditando, com sucesso, os rumos da política externa do país, até que, na segunda metade dos anos 90, uma leve mudança começou a se fazer sentir nos bastidores do MRE - Ministério das Relações Exteriores. Durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a opinião pública começou a manifestar-se, com mais frequência, a respeito da política externa brasileira. Este processo, que teve tímido início após o fim da ditadura militar, em 1988, se deve à presidencialização da diplomacia brasileira, que ocorreu a partir do momento em que a figura do presidente eleito passou a participar na tomada de decisões na política externa.

Porém, a atenção da mídia recebida pelo Itamaraty durante o governo FHC ainda foi pouca, e não provocou muita influência sobre as decisões do MRE. Isto se deu por dois motivos: o primeiro foi a própria falta de hábito da mídia de tratar o assunto, que apesar de ter sua leitura amplificada, ainda era abordado de forma secundária; o segundo motivo foi a própria política proposta pelo governo FHC para a diplomacia externa brasileira. Tal política incluía objetivos como a integração regional na América do Sul e também uma rejeição à proposta norte-americana para uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Porém era uma política voltada principalmente para fazer do Brasil um comerciante global, com pouca influência política, atuação passiva no cenário internacional e baixíssima multilateralidade em suas relações internacionais.

3.2 A Política Externa Brasileira no Governo Lula

A real influência da mídia sobre a agenda diplomática brasileira somente se fez presente após a entrada de Luis Inácio Lula da Silva na presidência do país em 2002. Para

cumprir suas promessas de campanha, Lula teve que abdicar da realização de grandes mudanças no panorama econômico brasileiro, que após alguns percalços parecia estar tomando um rumo mais estável. Mantendo políticas econômicas ortodoxas, o novo presidente desagradou muitos correligionários, então, para equilibrar a praticidade de um governo e suas ideologias, Lula promoveu profundas mudanças nas áreas de programas sociais e também da política externa.

Em uma avaliação sobre seus dois primeiros anos de governo, Lula afirma no artigo “O Brasil no novo cenário internacional” publicado no jornal El País que:

Buscamos, nestes dois anos, redefinir o lugar do Brasil no mundo. [...] Cumprimos a promessa de imprimir um sentido estratégico à aproximação com grandes nações emergentes como a China, Índia, Rússia e África do Sul. Juntos, nossos países desempenham papel fundamental na configuração de uma nova geografia econômica e comercial internacional. (LULA DA SILVA, 2005 apud BRASIL - FUNAG, 2007, p.20)

Durante os cinco primeiros anos da presidência de Lula não houve alterações significativas nos objetivos definidos para a política externa, nem na equipe responsável pelo tema. Conforme exposto no discurso de posse de seu segundo mandato:

Nossa política externa - motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação - foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade. Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo [...] O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao [Mercado Comum do Sul -] Mercosul e à Comunidade Sul-americana de Nações. (LULA DA SILVA, 2007 apud BRASIL - FUNAG, 2007, p.24)

Analiticamente, Cervo (2008) indica que a política externa do período em questão é orientada em quatro dimensões: multilateralismo, diminuição das vulnerabilidades externas, privilégio das relações com a América do Sul e reforço ao acumulado histórico da diplomacia brasileira. Ainda para Cervo (2008), esse curso de ação coloca a inserção internacional do Brasil no paradigma do Estado Logístico, explicitando que o foco governamental reside em dar apoio logístico aos empreendimentos, públicos ou privados, a fim de fortalecê-los para competir internacionalmente. Dessa maneira, o meio para atingir a interdependência real advém da “agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas internacionais e investimentos diretos no exterior, a começar pela vizinhança” (CERVO, 2008, p.87).

Neste aspecto, são dois os princípios explícitos na política externa do governo Lula: a presença soberana no mundo e a integração do continente americano. As ações do Brasil se voltaram para a segurança, explicitando o anseio pelo assento permanente no Conselho de

Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU, e para o comércio, ao buscar mercados e participar ativamente da Organização Mundial do Comércio - OMC.

A política externa do governo Lula baseia-se na estratégia de autonomia pela diversificação. Essa concepção mostra que o país adota a participação pró-ativa nos regimes e fóruns internacionais, incorpora temas como os direitos humanos e a proteção ambiental a sua agenda doméstica e busca atenuar o unilateralismo Norte-Americano.

Para Cristina Pecequilo (2008), autora do campo das Relações Internacionais a articulação da política externa brasileira no governo Lula se dá em dois eixos. O eixo horizontal dispõe sobre a aproximação com países emergentes, defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e participação em coalizões Sul-Sul e o eixo vertical refere-se às relações com os países desenvolvidos.

Em síntese, todas as visões aqui apresentadas convergem no que tange a guiar a política externa pelo conflito Norte-Sul e visa diminuir a dependência externa em relação aos países desenvolvidos por meio da diversificação de parcerias com países emergentes.

Com a análise dos trechos acima dispostos depreende-se que as linhas estratégicas da política externa brasileira transitam entre a conquista de reciprocidade real nas relações internacionais, o aprofundamento da integração na América do Sul e a democratização do ambiente internacional.

Porém, a principal mudança promovida na política externa brasileira por Lula não foi conceitual, mas sim comportamental. O ativismo político brasileiro na arena internacional aumentou de forma considerável, fortalecendo conseqüentemente a presença brasileira na arena internacional. Enquanto o governo FHC buscava uma autonomia no cenário internacional por meio de semelhanças com parceiros estratégicos, a partir do governo Lula, o posicionamento do corpo diplomático brasileiro foi o de uma busca de autonomia pela diversificação, com ênfase ao multilateralismo e busca por um papel influente em assuntos mundiais. Esta busca veio acompanhada de uma certa carga ideológica do Partido dos Trabalhadores, o que favoreceu a cooperação entre países do Hemisfério Sul e também acordos com parceiros não tradicionais, como a Índia, China e África do Sul, levando à criação de importantes fóruns como o Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs) e o Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A partir destas mudanças, o assunto política externa explodiu na mídia brasileira, sendo extensamente comentado.

3.3 A Política Externa Brasileira e a Mídia no Governo Lula

Em seu artigo “A Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula”, publicado em Dezembro de 2012 na revista “Austral”, importante publicação no campo das Relações Internacionais, Guilherme Stolle Paixão e Casarões analisa a explosão da política externa enquanto assunto abordado pela mídia no Brasil. Segundo o autor, a imagem carismática do presidente Lula, aliada à intensa participação brasileira em eventos multilaterais na arena das relações internacionais, como fóruns mundiais, promoveu a personificação da política externa brasileira na figura do presidente. Outro fator que influenciou este aumento do interesse midiático na política externa brasileira a partir do governo Lula foi o posicionamento ativo tomado pelo Brasil.

Esta personificação, ao mesmo tempo que deu destaque à agenda internacional brasileira em relação ao público, também passou a ser fonte de fiscalização contínua das ações políticas relacionadas à política externa. Em seu discurso de posse do primeiro mandato, no primeiro dia do ano de 2003, o presidente Lula falou a respeito das suas estratégias para a política externa brasileira.

No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. [...] A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto à consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. (LULA DA SILVA, 2007 apud BRASIL - FUNAG, 2007, p.39-44)

Em seu estudo, Casarões analisou os editoriais de dois dos maiores jornais impressos em circulação no Brasil: *A Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, que à época contavam com tiragens diárias de 300 mil e 250 mil exemplares respectivamente. A análise compilou todos os editoriais que tratavam de temas relacionados à política externa brasileira entre 1999 e 2010, período que compreende o último mandato de FHC e os dois mandatos do presidente Lula.

No caso da *Folha*, a quantidade de editoriais que tratavam de temas diplomáticos sofreu leve aumento entre o último mandato de FHC e os últimos quatro anos de presidência de Lula, passando de 60 editoriais para 70. Porém, foi no *Estado de São Paulo*, com sua tradicionalmente forte editoria internacional, que a diferença quantitativa se fez presente, passando de 64 artigos entre 1999 e 2002 para 120 entre 2007 e 2010, um aumento de quase 100%.

Durante a presidência de Lula, esses editoriais foram publicados três vezes por mês (ou 35 por ano), mais do que o dobro nos últimos quatro anos. Ao contrário de seu principal rival, *O Estado de São Paulo* demonstrou maior preocupação com a política externa de Lula da Silva (CASARÕES, 2010, p.222)

Qualitativamente o autor analisou os artigos publicados em ambos os periódicos se estes se mostravam negativos, neutros ou positivos em relação à questão da política externa tratada neles. Neste aspecto, apesar das enormes diferenças quantitativas, ambos os jornais tiveram a grande maioria de editoriais neutros ou negativos em relação à política externa durante os dois mandatos de Lula. Porém, enquanto o teor da opinião da *Folha de São Paulo* se mantém desde o último mandato de FHC, o *Estado de São Paulo* tem, neste período, os únicos quatro anos em que a soma entre editoriais neutros e positivos supera a soma entre editoriais neutros e negativos, indicando uma mudança de postura do periódico após a eleição de Luis Inácio da Silva. Muito além do perfil editorial de cada jornal, com essa análise percebemos como a mídia termina por se utilizar de críticas feitas, por exemplo, ao presidente Lula em seus argumentos contra políticas de relações internacionais do Estado brasileiro. Este último aspecto é claramente exposto durante a análise de Casarões, que os assuntos que mais causam reações negativas são o fortalecimento das relações entre o Brasil e países de liderança “esquerdista”, como Venezuela, Cuba e Bolívia.

Os dois principais assuntos presentes nos editoriais analisados são as negociações da ALCA e a cooperação Sul-Sul, especialmente com países do Oriente Médio, África e Ásia. Ao explorar mais profundamente estes dois temas, o autor busca comparar as reações dos dois veículos de comunicação analisados a tais temas.

A respeito da ALCA, os jornais entram em desacordo direto. Enquanto a *Folha* defende a firme posição brasileira nas negociações, não cedendo a acordos desfavoráveis não só ao próprio Brasil, mas pensando também no seu papel de liderança na América do Sul, o *Estado* se mostra surpreso com a posição do Itamaraty, defendendo que a não aceitação da criação da ALCA seria prejudicial à economia brasileira, e arriscava o isolamento e perda do dinamismo econômico do país. Diante desta análise, fica clara a relação entre a mudança de tom do *Estado de São Paulo* após o fim do governo Fernando Henrique e sua linha editorial, que claramente era a favor da política externa feita nos moldes anteriores ao governo Lula, e contra suas novas estratégias, criticando-as de forma fervorosa desde o início do primeiro mandato de Luis Inácio da Silva.

O *Estado*, por outro lado, condena a posição da diplomacia da nação com a ALCA. Ele afirma que a área de livre comércio é inegavelmente boa para o comércio brasileiro, e se mostra surpreso com as posições adotadas pelo

Itamaraty... O risco de isolamento, de acordo com os editores, seria a perda do dinamismo econômico e da competitividade, especialmente contra os mercados agressivos como a China. (CASARÕES, 2010 p.227)

Porém, quando o assunto tratado nos periódicos em questão era a cooperação Sul-Sul, a crítica ao Itamaraty era geral, mas com suas particularidades em cada um dos veículos. A Folha tratou com ironia alguns aspectos do tema como o reconhecimento da China como economia de mercado pelo Itamaraty, que, apesar de ter agido como defensor dos países sul americanos frente aos Estados Unidos na questão da ALCA, ao mesmo tempo ignorava a repressão associada ao Partido Comunista Chinês. Já o Estadão classificava a aproximação com a China de tentativa falha, e ia além, condenando relações com parceiros brasileiros na África e no Oriente Médio e tratando-as como mera tentativa de doutrinação terceiro-mundista.

De acordo com o periódico, muitas as visitas do presidente a parceiros do Hemisfério Sul, em que presidente cometeu diversas gafes, nada mais eram do que campanha para a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Como já identificado neste trabalho, um dos principais objetivos diplomáticos do governo do presidente Lula foi a obtenção desta conquista no cenário internacional. Além disso, Lula foi muito criticado pela relação que o Brasil estabeleceu com países do Oriente Médio, onde além de ser complacente com a violação diária dos direitos humanos o Governo fez acordos considerados como anti-americanos, e portanto perigosos e inconsequentes, pela mídia.

Os eventos retratados na política externa durante o governo Lula são um exemplo (ruim para o governo) de diplomacia na mídia, já que todos os encontros, fóruns e acordos foram intensamente divulgados de forma atraente à mídia pelo governo. Porém, esta divulgação certamente não cumpriu o propósito planejado para atingir os objetivos traçados pelo Itamaraty durante o governo Lula. Muito além de possivelmente atrapalhar os objetivos diplomáticos brasileiros, o tipo de crítica mina a credibilidade e tradição conquistadas ao longo do século pelo Itamaraty como representante das relações internacionais brasileiras não pelas políticas em si, mas pelos meios pelas quais as mesmas são realizadas.

Apesar de ser uma democracia ainda nova, o Brasil já está aprendendo sobre o poder da mídia e sua influência cada vez maior e mais intensa nos assuntos de Estado. Como vimos no capítulo anterior, a Era da Informação é o grande catalisador desta reação participativa que vem se tornando a influência midiática e até mesmo popular em diversos setores governamentais de Estados democráticos em todo o mundo. A questão específica da

influência na política externa se tornou uma das mais sentidas pelos Estados, inclusive o brasileiro, por se tratar de uma área tradicionalmente institucionalista e elitista. E desta forma, este catalizador acaba ditando os rumos desta política externa.

A nova política diplomática brasileira vai por um caminho de ativismo que é inteiramente compatível com as revoluções tecnológicas que presenciamos atualmente, porém ainda deve ser aperfeiçoada para que tenha maior aproveitamento em seus objetivos, especialmente a longo prazo. Tradições da história diplomática brasileira se mantêm, apesar de algumas variações conceituais, desde os tempos do Barão do Rio Branco, como o universalismo, o pacifismo e o multilateralismo, mas são ideias que cada vez mais demandam adaptação em relação à dinâmica que hoje vigora na arena política internacional, o que vem acontecendo especialmente na última década.

4 CRISES MIDIÁTICAS NA POLÍTICA EXTERNA: O CASO SNOWDEN

O multilateralismo brasileiro, apesar de não excluir, vem transformando de forma decisiva as relações entre Brasil e Estados Unidos. Especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, a deterioração desta relação vem sendo contínua. Enquanto o Brasil exercitava sua posição de *global player* participando da criação de fóruns e importantes instituições multilaterais como a UNASUL e BRICs, os Estados Unidos focavam nas guerras no Iraque e Afeganistão. A antiga relação de subserviência aos Estados Unidos passou a não existir mais, dando lugar a um relacionamento de importante aliado, que continuou se deteriorando após a crise mundial de 2008. Neste interim, o Brasil mostrou sua independência dos Estados Unidos no plano internacional, tomando, por diversas vezes, posições contrárias às dos norte-americanos.

O golpe de misericórdia para uma mudança maior nas relações entre os dois países foi o caso Snowden, que culminou com diversas consequências, como o cancelamento de uma visita da presidente Dilma aos Estados Unidos, a crítica feita pela mesma em discurso na assembleia da ONU, e, principalmente, ao Marco Civil da Internet, primeira legislação no mundo que regula o uso da internet sob a perspectiva da responsabilidade civil, aprovada no Brasil no dia 23 de abril de 2014.

Com o objetivo de exemplificar os temas, teorias e entender as aplicações dos conceitos tratados nos capítulos anteriores, se faz necessária a análise de uma das mais relevantes crises na política externa ocorridas nos últimos anos. O caso de Edward Snowden, ex-funcionário terceirizado da Agência de Segurança Nacional norte-americana (NSA – *National Security Agency*), que não conseguiu se calar perante a suas descobertas a respeito dos métodos investigativos utilizados pela agência e o armazenamento de informações sigilosas, e divulgou suas descobertas através do jornalista americano Glenn Greenwald, do jornal *The Guardian*.

Apesar da natureza extremamente sensível das informações reveladas por Snowden é importante a análise das consequências desencadeadas tanto pelo ato da revelação quanto pela natureza das informações em si, que reverberaram por governos e instituições internacionais em todo o mundo. Neste capítulo será feita uma análise de como o caso Snowden afetou as relações internacionais e como ele pode se tornar um marco não só para as discussões sobre segurança global, mas também sobre o direito internacional e as principais relações econômicas do mundo.

4.1 A História

As recentes revelações sobre a amplitude e os detalhes do gigantesco programa de vigilância realizado pela NSA só foram possíveis por causa das medidas de um só indivíduo, Edward Snowden, o homem que delatou uma das principais agências de segurança do mundo, um funcionário de Tecnologia da Informação (TI) terceirizado que atualmente está tendo de viver sob asilo temporário russo para se proteger de processos do governo americano, cujos segredos, alguns extremamente prejudiciais às relações dos Estados Unidos com outros países, foram tornados públicos por ele.

De acordo com as inúmeras reportagens feitas a respeito de Edward Snowden, o delator se trata de um homem simples, que sempre teve convicção de que seu país lutava por ideais nobres de forma honrada, e de que seu governo respeitava, dentro do possível, a privacidade dos cidadãos no mundo. Após um ensino médio abaixo da média e estudar em uma universidade comunitária, Snowden se alistou no exército americano em 2004, buscando participar da Guerra do Iraque, segundo ele mesmo porque "... sentia que tinha uma obrigação como ser humano de ajudar a libertar as pessoas da opressão" (SNOWDEN *apud* GREENWALD, 2013)².

Após uma educação medíocre, mesmo dentro do exército americano, Snowden, que já tinha afinidade com o trabalho de informática, se especializou em Tecnologia da Informação, fazendo um mestrado online pela Universidade de Liverpool. Após trabalhar para a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA – *Central Intelligence Agency*), prestando serviços em diversos países como um gerenciador de redes, Snowden começou a sentir-se incomodado com o que via. Graças a seu acesso quase irrestrito a arquivos confidenciais, Snowden começou a questionar o mérito e os métodos da agência, e portanto, de seu governo.

Ele então trabalhou como funcionário terceirizado de TI para empresas como Booz Allen e Dell, Snowden conseguiu um trabalho como funcionário da NSA. Foi durante este período que ele tomou conhecimento de algumas ações da agência que o deixaram ainda mais insatisfeito e desiludido. Após muito refletir a respeito do que tinha visto, o técnico de TI planejou a divulgação das informações ao jornalista americano do jornal britânico *The Guardian*, Glenn Greenwald, que publicaria a primeira reportagem a respeito das ações da NSA e do vazamento de dados no dia 11 de junho de 2013.

² Tradução do Autor "... I felt like I had an obligation as a human being to help free people from oppression"

Na reportagem, Greenwald expõe as violações de privacidade praticadas pela NSA em todo o mundo, explicando o funcionamento do programa PRISM, que coletava informações de usuários de grandes empresas de tecnologia como Google, Facebook, Apple, Yahoo, entre outras, fiscalizando vídeos, e-mails e conversas entre os usuários. Além disso, o PRISM também funciona como programa de armazenamento de informações telefônicas de pessoas em todo o mundo. Segundo Snowden, em sua carta ao povo brasileiro, “ Hoje, se você carrega um celular em São Paulo, a NSA pode rastrear e rastreia sua localização: eles fazem isso 5 bilhões de vezes por dia com pessoas em todo o mundo. ” (SNOWDEN, 2013)³

Não obstante as seguidas negações de seus funcionários, está evidente que a NSA comanda uma rede de espionagem especializada em coletar dados, em quantidades maciças, sobre as comunicações privadas de cidadãos não-americanos e também algumas de cidadãos americanos. A agência espiona seus alvos sem nenhum mandado judicial e sem nenhum requisito que aponte causa provável em relação a qualquer um dos indivíduos cujas comunicações são coletadas. Em vez disso, todo o programa opera sob um amplo sistema de mandados baseados em procedimentos, no qual uma corte especial e clandestina ouve em segredo as submissões do governo e então diligentemente aprova procedimentos gerais para uma vigilância em massa, sem qualquer argumento ou resistência em contrário. Os mandados permitem espionagem em massa e armazenamento de dados por até cinco anos, entrando claramente em desacordo com o princípio de evitar buscas exageradas as quais são expressamente proibidas pela Constituição americana em sua quarta emenda.

Após a delação, Snowden está sendo acusado pelo governo americano de roubo de propriedade governamental e divulgação não-autorizada de material de defesa e de inteligência. Cláusulas da Lei de Espionagem, de 1917 estão sendo utilizadas contra Snowden para tentar colocá-lo na cadeia. Porém a questão da incriminação ou não dos atos de Snowden é: quando a delação deveria e quando não deveria ser considerada uma ação criminosa? Esta é uma questão jurisprudencial importante, uma vez que é comum as pessoas concordarem com a visão de que a delação deveria ser uma atividade protegida, mesmo quando ela "viola a lei" no sentido de obrigações contratuais ou legislações de sigilo.

Contratos de confidencialidade fazem parte, legitimamente, do gerenciamento de vários tipos de organizações, e em muitos casos eles são indispensáveis para um funcionamento bem-sucedido da organização. No entanto, há uma exceção a este tipo comum

³ Tradução do Autor “Today, if you carry a cell phone in Sao Paolo, the NSA can and does keep track of your location: they do this 5 billion times a day to people around the world”

de arranjo contratual: contratos de confidencialidade não são legítimos e não deveriam ser considerados éticos ou legais quando são concebidos com o intuito de proteger ações secretas e ilícitas que estão sendo executadas por um dos lados. Em termos gerais, contratos não podem ser considerados legítimos se eles envolvem a realização de uma ação ilícita, ou uma ação que tenha o intuito de aprofundar um propósito ilícito. Esta é a base sobre a qual é possível considerar a delação uma atividade lícita, apesar do fato de ela sempre resultar em uma quebra de acordo de confidencialidade.

Isso significa que, ao se analisar atividades de delação que envolvam a publicação de documentos ou informações relacionados a atividades ilegais, há uma base filosófica que dá sustento à ideia de que a divulgação não configura uma transgressão da lei, mesmo que a divulgação viole acordos de confidencialidade ou outras obrigações legais que normalmente seriam válidas. Em tais casos, o delator não é apenas um nobre infrator; ele sequer é um infrator.

[o] governo não pode impor termos e condições a todos os seus contratos de emprego. Por exemplo, constitucionalmente, o governo não pode exigir que seus funcionários concordem em jamais criticar o presidente ou nunca fazer um aborto ou nunca invocar seus direitos de acordo com a Quarta Emenda. Porém, é algo bem aceito que o governo pode requerer que seus funcionários concordem com algumas condições, e uma delas é a de não divulgar informações confidenciais. (STRONG, 1960)

A ênfase dada por Strong a informações confidenciais pode a princípio parecer limitar o poder do governo à proteção de apenas uma pequena categoria de restrições legítimas. Porém, esta é uma suposta exceção que prevalece em relação a regra, afinal, são os agentes do governo que determinam quais informações são confidenciais e quais não são. Logo, dizer que o governo pode legitimamente exigir que seus funcionários não divulguem informações confidenciais significa literalmente dizer que ele pode exigir que seus funcionários não revelem qualquer informação que o governo considere que não pode ser revelada. Sob esta visão, o governo possui toda a arbitrariedade para impedir a divulgação de qualquer informação que ele não queira que se torne de conhecimento público, independentemente da natureza desta informação.

Um dos principais problemas com este tratamento especial dado a informações confidenciais é que ele exclui dos ditames da lei algumas das mais importantes áreas do governo. O status de informação "confidencial" é normalmente atribuído a documentos relativos a questões militares e serviços de inteligência. No entanto, estas são duas das mais perigosas e importantes áreas do estado. Aceitar que o status de confidencial determine o que pode e o que não pode ser divulgado significa excluir de qualquer investigação algumas das

mais importantes ações do governo. Não é necessário ter profundos conhecimentos de história para entender que tal noção seria extremamente útil para os vários regimes despóticos que assassinaram e escravizaram seus cidadãos utilizando fundamentos lícitos para seus próprios atos legislativos. À luz dessas considerações, nenhum status especial pode ser atribuído a um documento com a justificativa de que a própria entidade que está sob escrutínio alega ter privilégios especiais.

No caso específico do escândalo da NSA, Edward Snowden se infiltrou na NSA da mesma maneira que um policial disfarçado se infiltra em uma quadrilha. Snowden se candidatou a uma posição na empresa de consultoria Booz Allen Hamilton, que faz extensos trabalhos técnicos para a NSA. Ele obteve os documentos que foram tornados públicos por meio de seu trabalho como mão-de-obra terceirizada pela NSA, e foi nesta situação que ele foi capaz de obter acesso a documentos secretos do governo que, de outra forma, estariam totalmente fora de seu alcance. Com efeito, Snowden confirmou que se candidatou a um emprego no Booz Allen Hamilton com a intenção de coletar evidências sobre os programas de espionagem da NSA. Assim como faria qualquer bom investigador sob disfarce, Snowden se infiltrou em seu alvo fazendo declarações de confidencialidade que ele sabia serem falsas. E, assim como ocorre com qualquer investigador sob disfarce, isso não lhe fez perder o direito de divulgar detalhes das ações criminosas que ele descobriu.

Não obstante as obrigações contratuais que o trabalho de Snowden lhe impunha, já está claro que as informações vazadas por ele revelaram um maciço caso de ilegalidade e conduta imprópria de uma agência do governo dos EUA, em uma escala que levanta temores legítimos de que está havendo uma tentativa despótica de controle. O sistema de vigilância detalhado nos vazamentos é de uma magnitude sem precedentes na história, ofuscando completamente as operações de vigilância realizadas pelos mais totalitários governos do passado.

De acordo com recentes alegações de um outro delator, o ex-analista de inteligência da NSA Russ Tice, a agência utilizou sua rede de espionagem para obter informações sobre políticos e juízes do alto escalão, o que pode vir a afetar suas próprias operações futuras. Isso incluía a espionagem de membros do Congresso americano, especialmente integrantes do comitê das forças armadas, de funcionários do Departamento de Estado, de membros do serviço executivo da Casa Branca, e até mesmo do próprio presidente dos EUA (que supostamente foi espionado quando ainda era senador). Também incluía advogados, escritórios de advocacia e juízes, inclusive juízes da Suprema Corte e dois juízes da FISA (Tribunal de Vigilância de Inteligência Estrangeira dos EUA) — estes últimos sendo as

próprias pessoas que estão encarregadas de supervisionar judicialmente o sistema de vigilância da NSA. Outros supostos alvos incluíam oficiais militares de alta patente, grupos civis anti-guerra, bancos, grandes empresas e organizações não-governamentais.

Tudo isso revela explicitamente que há uma agência do governo dos EUA que opera fora do domínio da lei e do estado de direito, conduzindo um programa secreto de espionagem em massa que está muito além de seus poderes legais e constitucionais. Tais programas são justificados tendo por base uma lei secreta que não pode ser disponibilizada ao público para escrutínio e nem comunicada a organismos de controle do Congresso.

Para aqueles que acreditam na não-agressão e na fidelidade aos padrões do direito natural, a sugestão de que ações do governo são legitimadas pela supervisão democrática não é aceitável. Porém, mesmo se fossemos aceitar essa justificativa democrática para o poder coercivo do governo — segundo a qual o governo estaria sob a supervisão dos supostos representantes do povo —, não há nenhuma teoria viável sobre a democracia que possa justificar o funcionamento de um programa secreto de espionagem deste tipo. Qualquer que seja o padrão racional adotado, os programas de espionagem da NSA envolvem atos de conduta imprópria e de transgressões da lei que devem merecidamente ser revelados ao público em geral.

Em decorrência de tudo isso, não é correto considerar que as regras de confidencialidade se aplicam a este caso, e nem muito menos que elas sejam ética ou legalmente vinculantes. Quaisquer restrições contratuais ou legislativas que normalmente vigorariam no contrato de emprego de Snowden não podem ser consideradas legítimas se elas exigem que ele mantenha silêncio sobre suas descobertas a respeito das transgressões e da conduta imprópria do governo.

4.2 Influências nas Relações dos EUA na Arena Internacional

Com a delação de Edward Snowden, os segredos de um dos principais órgãos governamentais dos Estados Unidos foram expostos, o que desencadeou uma onda de desconfiança em relação ao país na esfera internacional. Além de revelações sobre programas de vigilância em massa, foram descobertas diretivas da NSA para a vigilância de líderes em diversos países, principalmente na Europa e América do Sul.

Sanções foram impostas aos Estados Unidos por alguns países, tendo inclusive consequências econômicas relevantes, como a escolha do Brasil da compra de caças suecos no lugar dos norte-americanos, antes preferidos. Porém, a expressão mais relevante de

reprovação mundial em face das revelações feitas por Edward Snowden sobre o governo dos EUA aconteceu durante a reunião dos países-membros da ONU, quando diversos líderes, entre eles a presidente brasileira Dilma Rousseff e a chanceler alemã Angela Merkel, fizeram duras críticas à espionagem americana.

A presidenta defendeu que a espionagem fere direitos internacionais e princípios que regem a relação entre nações, ainda mais quando amigas. Além disso, com a espionagem, não há como existir democracia já que ela interfere na liberdade de opinião e expressão dos cidadãos, um dos pilares da democracia, e que ela fere também a soberania do Brasil e sem esta, não tem como existir a diplomacia entre Estados. Dilma também defendeu que as tecnologias de comunicação não devem ser palco de guerra. Também ficou claro que o governo brasileiro ficou descontente com a resposta dos Estados Unidos quanto à espionagem em terras tupiniquins. Dilma ressaltou que não há terroristas no território Brasileiro e portanto é inconcebível tal justificativa. (DAÓLIO, 2013)

Em 191 anos de independência do Brasil, poucas vezes um discurso proferido por um presidente brasileiro foi tão incisivo e colocou os dedos diretamente nas feridas, como o proferido na abertura da já referida assembleia da ONU. A presidenta Dilma mostrou o seu total descontentamento sobre a espionagem dos Estados Unidos e também criticou a posição deles sobre a crise na Síria: “Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito do cidadão de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país. ”

Além disso, um outro episódio agravou ainda mais a imagem dos EUA no cenário internacional. À mesma época em que Snowden se encontrava na zona de trânsito do aeroporto de Moscou, esperando resposta sobre seu possível asilo político na Rússia, o presidente boliviano Evo Morales, que voltava de uma visita ao mesmo país, teve espaço aéreo fechado para seu avião por diversos países graças a pressões dos Estados Unidos, cujo governo pensava que o avião presidencial de Morales estaria transportando Edward Snowden.

As relações entre países antes aliados dos EUA ficaram abaladas, não só pelas revelações de espionagem em massa, mas também pelos detalhes dos documentos vazados, que indicavam vigilância específica de governos e empresas.

Após o pedido de asilo do agente norte-americano ter sido negado pelo então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, veio à tona informações que a espionagem dos EUA não se limitava aos cidadãos civis e chegava até a Presidência da República e também a dados estratégicos da Petrobras.

Demonstrações de descontentamento quanto à atitude dos Estados Unidos vieram de forma mais expressiva principalmente de dois países considerados emergentes, a Rússia e o

Brasil, diplomaticamente aliado aos Estados Unidos, no qual o sentimento de constrangimento e de afronta à soberania nacional foi igualmente enorme. A visita diplomática de Dilma aos Estados Unidos foi adiada, fato inédito na relação entre os dois países, provando que as descobertas feitas pelo governo brasileiro através das revelações de Snowden afetaram bastante a relação entre os dois países.

4.3 Repercussão Midiática

Após as primeiras revelações de Snowden, em junho de 2013, foram publicadas diversas reportagens opinativas por todo o mundo sobre o tema. Nos Estados Unidos pode-se observar uma opinião dividida entre os que criticaram o governo, como os veículos midiáticos CNN, *the Guardian* e *Washington Post*, e os que julgaram os atos de Snowden como terroristas e antipatrióticos, como o Slate, a rede de TV ABC e o US Politics. Enquanto isso, no resto do mundo, a opinião é esmagadoramente a favor do delator e crítica das atitudes da NSA.

Dentre os artigos opinativos sobre o caso Snowden, podemos destacar alguns que, em posições opostas, mostram as diferentes visões à respeito do acontecimento. A primeira reportagem foi veiculada pelo portal na web da revista “Voto” (sobre política e negócios) no dia 5 de março de 2014, na coluna de Fábio Pereira Ribeiro, que visa desqualificar e desmoralizar Snowden, seguindo uma linha de raciocínio que trata os fatos delatados por ele como completamente normais no mundo da espionagem. Além disso, o autor faz uma conexão com a realidade brasileira, aproveitando para criticar, sempre se utilizando de ironia, a falta de uma instituição de espionagem que fizesse o mesmo que a NSA nos Estados Unidos, como se este fosse o modelo a ser seguido.

Quando Edward Snowden e seu grupo de apoio começaram a abrir o bico sobre a espionagem internacional norte-americana, muitos políticos brasileiros incautos e despreparados em relação aos temas de segurança, defesa e inteligência ficaram atordoados e perplexos com as práticas de espionagem dos Estados Unidos no mundo. Na verdade, a grande contribuição do espião norte-americano Snowden, além de mostrar o óbvio da espionagem internacional, foi escancarar com os problemas que a área de inteligência no Brasil sofre, seja pelas falhas na estrutura de contraespionagem, nos pífios e cortantes orçamentos na Guerra Cibernética, como também o engavetamento geral da Política Nacional de Inteligência (PNI) (...)Para complementar o processo de inteligência, o governo e o Exército Brasileiro estão criando a Escola Nacional de Defesa Cibernética. Uma excelente iniciativa, mas que gera uma dúvida, pois seus cursos serão a distância. Na boa, um prato cheio para a espionagem internacional. E, é óbvio, antes que Snowden fale, os Estados Unidos espionarão sim! (RIBEIRO, 2014)

Embora o colunista encontre respaldo para sua opinião até na imprensa do primeiro mundo fora dos EUA, sua tese tem fácil resposta. Primeiramente a ideia de transparência, que não passa pela cabeça do autor, é um dos principais motivos pelos quais Snowden decidiu divulgar as informações sobre a NSA. Em sua reportagem no jornal *The Guardian*, Glenn Greenwald menciona a preocupação do delator com o tipo de informação que ele estava divulgando

"Eu (Snowden) avaliei cuidadosamente cada documento que divulguei, para garantir que cada um deles estava legitimamente dentro do interesse público" (...) "Existe todo tipo de documento que causaria um grande impacto e que eu não divulguei, porque prejudicar pessoas não é o meu objetivo. A transparência é." (GREENWALD, 2013)⁴

Uma análise não sentimental, semiológica e literal do seu discurso mostra Snowden se vendo como ator numa nova forma de conflito cujo front decisivo é o senso de coletividade, travada cada vez mais no ciberespaço, no qual ele conhece rotas privilegiadas. Com as revelações de Snowden chega a hora de se tirar as luvas e máscaras de bom-mocismo no combate global "ao terrorismo", "ao cibercrime" etc. O vigilantismo global é cada vez mais estratégico porque se constitui em infraestrutura para o máximo controle social, que só interessa às partes mais poderosas envolvidas neste conflito.

Nesta ciberguerra onde a vigilância massiva é idealizada, a primeira coisa a ser destruída é a privacidade, e depois a soberania de nações. Entre ambas, cai o direito ao conhecimento e à livre expressão, controlados por contrainformação e propaganda. Perante a inexorável dependência mundial às tecnologias digitais, um regime de vigilantismo eletrônico centralizado e capilar que proteja o monopolismo e a escassez artificial de bens simbólicos, e que se imponha globalmente aos demais, sempre terá um preocupante controle em relação não só a outros regimes, mas também em relação aos indivíduos em todo o mundo.

Apologistas e simpatizantes desta hegemonia gostam de banalizar as revelações de Snowden repetindo, como fez o colunista do portal "Voto", o chavão da espionagem: o de que espionagem sempre existiu e sempre existirá, toda nação espiona, e quem puder que se defenda dela. Trata-se do marketing mais positivo possível para ciberguerra, mas ali constitui-se outro equívoco, pois o que as revelações de Snowden denunciam não é bem a espionagem que ele conheceu. O que elas denunciam é uma parte essencial de um plano ofensivo de

⁴ Tradução do Autor "I carefully evaluated every single document I disclosed to ensure that each was legitimately in the public interest," he said. "There are all sorts of documents that would have made a big impact that I didn't turn over, because harming people isn't my goal. Transparency is."

guerra cibernética, visando se aproveitar de um regime dominante de vigilantismo global, a pretexto do inevitável jogo de espionagem das nações, nele camuflado.

A NSA e outras agências de espionagem nos dizem que, pelo bem de nossa própria “segurança” – em nome da “segurança” de Dilma, em nome da “segurança” da Petrobras – revogaram nosso direito de privacidade e invadiram nossas vidas. E o fizeram sem pedir permissão da população de qualquer país, nem mesmo do delas. (SNOWDEN, 2013)⁵

No dia 4 de dezembro de 2013, a revista *The Nation* publicava em seu portal web uma análise de Peter Ludlow, expressando opinião bem menos simplória à respeito do caso Snowden. Ludlow começa descrevendo a atual temporada de caça às bruxas, aos chamados ciber ou hacker-ativistas, partindo de um episódio ocorrido no início deste ano.

Em janeiro, quando Aaron Swartz suicidou-se aos 26 anos, o mundo on-line ficou atordoado. Menino de ouro da Internet, fundador de uma organização líder na defesa dos direitos humanos on-line, e autor de grandes contribuições para algumas das plataformas livres mais importantes na web. Por que ele se matou? Amigos e familiares estão convencidos: devido à perseguição implacável do Ministério Público dos EUA, que o indiciara primeiro em três, depois em treze crimes, ameaçando-o com pena de até 95 anos de prisão. Não há dúvida... agora está claro que ele não cometeu nenhum crime. Mas, para além dessa tragédia fatal, o pior é que seu caso tornou-se a ponta de um iceberg que não para de crescer. (LUDLOW, 2013)

O autor procura estabelecer um paralelo entre Edward Snowden e os ativistas hackers, conhecidos como hacktivistas, especialmente Aaron Swartz, nominalmente citado, baseado nas motivações similares que moveram ações de ambos. Ludlow mostra como os Estados Unidos, maior interessado no desencadeamento de uma guerra virtual, ataca aqueles que se rebelam contra a ordem estabelecida pelo governo. Em 2013, vários hacktivistas foram alvos de processos por parte do governo norte-americano, cumprindo pena ou podendo pegar décadas de prisão. O molde dos alvos dos processos parece o mesmo: gente habilidosa interessada em difundir conhecimento para causas sociais contra-hegemônicas. Swartz, por exemplo, estava interessado em liberar artigos científicos de domínio público, criados com verbas públicas, mas que haviam sido disponibilizados apenas para pagantes. Outros estavam interessados em relações nefastas entre governo e empresas que atuam em inteligência privada. E outros, em métodos usados por tais empresas para executarem “operações psicológicas” nos EUA. Ludlow prossegue:

Tomadas em conjunto, a lição parece ser que o hacktivismo por causas sociais [nobres], ou para expor abusos de elites [com relações incestuosas em governos], não será tolerado. A máquina do Estado [com endêmica aspiração hegemônica] os perseguirá da forma implacável e mais dura

⁵ Tradução Clara Allain

possível [no limite do que avaliem por custo-benefício positivo no front psicológico]. A acusação contra Swartz baseou-se essencialmente na hipótese de que ele teria obtido acesso não autorizado à rede de computadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Mesmo com os artigos por ele lá baixados estando em domínio público, para os promotores isto o enquadraria em violação do Computer Fraud and Abuse Act (CFAA), que criminaliza acesso de forma ‘não autorizada’ a redes de computadores. (LUDLOW, 2013)

Recentemente, Snowden participou, via videoconferência, de uma das mais recentes edições do TED 2014, formato de palestras desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) que trata de temas atuais e tem ampla divulgação na internet, sobre vigilância e liberdade na Internet. Durante o evento, Snowden falou sobre a liberdade na internet e como esta causa acabou mudando sua vida. Em sua fala, ele reafirmou a importância que os dados por ele divulgados tinham para provocar uma grande reação à favor da liberdade na internet, e como este era o fator mais importante, deixando claro que a questão de como o mundo via o ser humano Edward Snowden se tornou algo secundário.

(...) todos os envolvidos neste debate têm tentado entender a mim e à minha personalidade e como descrever-me. Mas quando penso sobre isso, esta não é a questão que deveria incomodar alguém. Quem sou na verdade não importa nada. Se sou a pior pessoa do mundo, podem me odiar e seguir em frente. O que importa são as controvérsias. O que realmente importa é o tipo de governo que queremos, o tipo de internet que queremos, o tipo de relacionamento entre pessoas e sociedades. E é o que espero que seja debatido, e estamos vendo isso acontecendo aos poucos. Se tivesse que descrever a mim mesmo, não usaria palavras como "herói". Não usaria "patriota", nem "traidor". Diria que sou um americano e um cidadão, assim como todo mundo. (SNOWDEN, 2014)⁶

Durante a palestra Snowden ainda aborda os métodos usados pela NSA para a espionagem corporativa em todo o mundo. Segundo ele, o programa conhecido como “Bullrun”, através do qual a agência engana empresas, convencendo-as a propositalmente enfraquecer a segurança e criptografia de seus sistemas para que as informações possam ser captadas pelos computadores da NSA e armazenadas. Além de desleal, este método faz com que as informações de empresas fiquem vulneráveis a todos que tentarem acessá-las, sem contar com a insegurança causada pela nulidade, nestes casos, da criptografia *Secure Socket Layer* (SSL), comumente utilizada em sites de bancos, por exemplo.

São programas através dos quais a NSA intencionalmente engana parceiros corporativos. Eles dizem às empresas parceiras que esses são padrões seguros. Eles dizem: "Precisamos trabalhar com você para deixar seus sistemas mais seguros". Mas, na realidade, estão dando conselhos ruins a essas empresas, o que as faz degradar a segurança de seus serviços. Estão

⁶ Tradução de Luiz Eduardo Cerquinho Cajueiro

abrindo brechas de segurança que não apenas a NSA pode explorar, mas qualquer um que tenha tempo e dinheiro para pesquisar e encontrar pode usá-las para entrar nos sistemas de comunicação mundiais. E isso é realmente perigoso, porque se perdermos um único padrão, se perdermos a confiança em algo como SSL, que foi mirado especificamente pelo programa Bullrun, viveremos em um mundo menos seguro, no todo. Não seremos capazes de acessar nossos bancos e não poderemos acessar comércio, sem nos preocuparmos com pessoas vigiando essas comunicações ou subvertendo-as para seus próprios fins. (SNOWDEN, 2014)

A divulgação da participação de Snowden nesta edição do TED, com legendas disponíveis em mais de 15 línguas, foi amplamente divulgada nos veículos de comunicação em todo o mundo, renovando a mensagem de Edward Snowden que, segundo ele, ainda não acabou. Durante o evento, quando perguntado pelo apresentador à respeito de documentos que ele teria copiado da NSA mas ainda não divulgado, Snowden foi categórico: “Existem, com certeza, mais revelações a serem feitas. Não acho que há dúvida de que as partes mais importantes ainda virão.” (SNOWDEN, 2014).

Desta forma, percebemos que os ataques sofridos na mídia por Snowden estão sempre relacionados à questão do terrorismo e do anti-patriotismo, e também, é claro, da linha de pensamento que tenta normalizar as situações denunciadas. Apesar de serem minoria, estas opiniões estão difundidas principalmente entre os próprios americanos, e se tornam fonte de alienação perante à realidade exposta por Edward Snowden.

Porém, percebe-se a grande maioria de opiniões favoráveis à atitude de Snowden, reconhecendo a importância que a divulgação dos dados da NSA têm para a conscientização mundial da população em relação à violação de privacidade, a vigilância em massa e à liberdade na internet.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos da Era da Informação proporcionaram ao mundo não só uma comunicação e transmissão de informações em tempo real, mas também uma democratização da opinião. O jornalismo está cada vez mais influenciado pela opinião no meio virtual, e busca adaptar-se a suas características. Este espírito de responsabilidade pelos acontecimentos no mundo que cada um de nós passa a ter é algo nunca antes vivido pela grande maioria das pessoas em todo o mundo.

No Brasil esta constante se repete com cada vez mais a participação do público pela internet na elaboração de notícias, com a quantidade de acontecimentos em redes sociais que viram notícia, mas principalmente pela proliferação de diferentes opiniões, possibilitada pela internet. O jornalismo brasileiro vem se adaptando à essa realidade, não só dando espaço à essa nova voz, mas também buscando atualizar seus conceitos e suas formas de modo a abraçar esta realidade virtual trazida pela Era da Informação, mas sem perder sua essência investigativa, informativa e de utilidade pública.

Seja no campo da mídia ou no campo governamental, os indivíduos passaram a ter voz ativa, importância não só no processo de formação de opinião, mas no processo de formação de suas realidades como um todo. Nos expressando neste grande mundo virtual que surgiu diante de nós, conseguimos afetar de forma muito mais efetiva o nosso mundo. Esta possibilidade de atuação individual mais efetiva no nosso mundo, apesar de nem sempre utilizada de forma responsável ou efetiva, já rendeu bons frutos em termos de ações no ‘mundo real’.

Exemplos destas novas possibilidades não faltam nos últimos anos. Desde os movimentos *Occupy*, que chamaram atenção para a crise econômica mundial de 2008, até os recentes protestos populares no Brasil em 2013 e 2014, que pediram pelas mais diversas causas, desde o fim da corrupção até a não realização da Copa do Mundo 2014, passando pela melhoria da educação e saúde. Uma das coisas que estes dois eventos, de grande importância e noticiados pelo mundo, tiveram foi o papel essencial da internet em sua realização, já que ambos foram iniciados através do uso das redes sociais.

Porém, para que possamos continuar a exercer este papel, é necessário que a internet se mantenha livre. O recente vazamento de informações a respeito de programas de vigilância de massa realizada pelo governo dos Estados Unidos serve como importante aviso de que a liberdade virtual não pode ser dada como garantida. A delação de Edward Snowden nos lembra que para manter o mundo virtual como espaço de liberdade, é necessária constante

atenção e denúncia, por parte da mídia, de governos favoráveis à internet livre e também dos indivíduos, seja um internauta qualquer ou um Edward Snowden.

O caso Snowden teve grande influência na diplomacia americana, danificando as relações dos Estados Unidos com muitos países, inclusive o Brasil. As revelações feitas pelo americano sacramentaram um processo de deterioração nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos que vinha desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Pode-se dizer que a principal consequência do caso Snowden para o Brasil foi a recente aprovação do marco civil da internet, primeira lei reguladora da rede que imputa responsabilidade civil aos usuários aprovada no mundo. Esta foi uma forma do governo brasileiro estabelecer uma relação entre mundo virtual e mundo real na escala cível, e não comercial, como as legislações anteriores, não só no Brasil, já faziam. O marco civil inaugura uma nova era para o uso da internet no país, não só para as empresas, mas principalmente para os indivíduos.

6 REFERÊNCIAS

- ANGELL, N. **A Grande Ilusão**, 13ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**, 7ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre jornalismo e Relações Internacionais, **Comunicação & Inovação**, Universidade de São Caetano do Sul, vol. 13, nº 25, 8 p., julho/ 2012. Disponível em:
http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1506/1268.
Acesso em: 10/04/2014
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. A mídia e a política externa no Brasil de Lula, **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.1, n.2, Jul-Dez 2012, p. 211-236. Porto Alegre, UFRGS
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional do Brasil: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DAÓLIO, Vitor. Edward Snowden e a diplomacia brasileira. **Causas Perdidas**, Política, 27 de setembro de 2013. Disponível em
<http://causasperdidas.literatortura.com/2013/09/27/edward-snowden-e-a-diplomacia-brasileira/> Acesso em 18/05/2014
- EL-NAWAWY, M.; ISKANDAR. **Al-Jazeera: how the free arab news network scooped the world and changed the Middle East**, 2 ed., Cambridge, Perseus Book, 2002.
- FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, p. 42
- GILBOA, Eytan. *Mass communication and diplomacy: A Theoretical Framework*, **Communication Theory**, v.10, p.309, 2001.
- GREENWALD, Glenn. *Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations*, **The Guardian**, Inglaterra, 10 de junho de 2013. Disponível em:
<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance> Acesso em 15/05/2014
- LUDLOW, Peter. *Hacktivists on Trial*, **The Nation**, 2013. Disponível em:
<http://www.thenation.com/article/177462/hacktivists-trial> Acesso em: 03/05/2014
- METZL, J.. *Information intervention: When switching channels is not enough*, **Foreign Affairs**, n. 76, 1997.
- MOORCRAFT, P.. *CNN – The new emperor of international politics? – New Zealand International Review*, p.22, 1997.
- NYE, Joseph. **O Paradoxo do Poder Norte-americano**, 5ª ed., São Paulo: UNESP, 2002.

PECEQUILO, Cristina . **A Política Externa Norte-americana: Continuidade ou Mudança?**, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RIBEIRO, Fábio Pereira. Espionagem, Inteligência e Silêncio. **Revista Voto: Política e Negócios**, Porto Alegre, 5 de março de 2014. Disponível em: http://www.revistavoto.com.br/site/colunistas_detalhe.php?id=610&t=Espionagem_inteligencia_e_silencio Acesso em: 10/05/2014

SANTORO, M. A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez, **Revista Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro , nº 60 20p. , Maio/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/060/60valentesantoro.htm> Acesso em: 13/04/2014

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. O posicionamento do governo brasileiro na guerra das Malvinas. **Revista Eletrônica Tempo Presente**. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5302:o-posicionamento-do-governo-brasileiro-na-guerra-das-malvinas&catid=35&Itemid=127 Acesso em 21/05/2014

SARAIVA, Miriam. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: Institucionalistas pragmáticos x autonomistas, **Mural Internacional**, Rio de janeiro, v. 1, n. 1, p.45-52, jan/jun, 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **A política externa do Brasil**, Brasília: IPRI/FUNAG, 2003

SNOWDEN, Edward. Carta ao povo do Brasil, **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1386291-leia-integra-da-carta-de-snowden-ao-brasil.shtml> Acesso em 15/05/2014

_____. *Here's how we take back the internet*, **TED2014**. Disponível em: http://www.ted.com/talks/edward_snowden_here_s_how_we_take_back_the_internet/transcript Acesso em 20/05/2014

Strong, G.A. (1960) *The enforceability of illegal contracts*. **Hastings Law Journal** n.12, p. 347.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação**, Rio de Janeiro: Revan, 2007.